



ATA N.º 6

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

07-05-2019

[Handwritten signatures in blue ink: a large signature at the top, and several smaller ones below, including 'Noel', 'Golo', and 'Jaw'.]

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a sexta reunião extraordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. PROJETO DE MAPA CONTENDO OS MONTANTES DO FUNDO DE FINANCIAMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO A TRANSFERIR PARA O MUNICÍPIO NO ANO DE 2019. PRONUNCIA SOBRE O TEOR DO MAPA EM CIMA REFERIDO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL. NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO DESSA POSIÇÃO À DGAL ATÉ AO PRAZO LIMITE DE 07 DE MAIO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13/2019, do Chefe da UAJDSCS, enquadrando o assunto em título:

“Como é consabido o assunto em cima mencionado, no que concerne ao seu objeto, já foi apresentado na passada reunião de Câmara de 20 de fevereiro de 2019, mediante a Informação n.º 13/2019, desta unidade, datada de 31.01.2019, da autoria da Técnica superior - Jurista, Dr.ª Isabel Semião.

Na sequência da deliberação camarária foi o assunto presente à Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2019, tendo sido comunicado à entidade competente – DGAL.

Acontece porém que, o normativo legal que versou sobre a educação – Dec. Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para além da usual necessidade de deliberação da Assembleia Municipal, repetindo o ato que aquele órgão já havia praticado em setembro de 2018, criou um ónus adicional, cujo teor passamos a transcrever:

Artigo 69.º

Recursos financeiros para o ano letivo de 2019/2020

1 - Até 30 dias após a entrada em vigor do presente decreto -lei, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da educação e das autarquias locais remetem a cada uma das câmaras municipais o projeto de mapa contendo os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios no ano de 2019, bem como a listagem de todo o património a transferir para as câmaras municipais nos termos do n.º 1 do artigo 62.º

2 - As câmaras municipais dispõem de um prazo de 30 dias corridos contados da receção do projeto referido no número anterior, para se pronunciarem sobre o seu teor, presumindo-se, na falta de pronúncia, que manifestam a sua concordância com o teor do projeto.

3 - Até 30 de abril de 2019, é publicado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da educação o mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que, nos termos do disposto nos artigos 51.º, 52.º, 53.º, 54.º e 68.º, são transferidos para os municípios no ano letivo de 2019/2020.

4 - Caso se revele necessário, no decurso do ano de 2019, rever os montantes referidos no número anterior, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da educação e das autarquias locais remetem a fundamentação de revisão aos municípios, e a variação do montante é considerada autonomamente, em sede de Orçamento do Estado para 2020, na respetiva dotação do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir.

O projeto em causa foi-nos comunicado por e-mail e posteriormente por correio CTT, e consta do documento em anexo, devendo a Câmara municipal até ao próximo dia 07 de maio pronunciar-se sobre o seu teor, sob pena de, na falta de pronúncia, manifestar tacitamente a sua concordância com o teor do projeto.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, manifesta expressamente a sua discordância com o teor do projeto que nos foi apresentado para análise por:

1.º - Considerar que não se trata de descentralização efetiva mas de transferência de tarefas, muitas vezes conflitantes com as competências dos órgãos de gestão dos estabelecimentos escolares.

Alegadamente a transferência de competências remete para o princípio da proximidade, no entanto nada tem sido feito sobre esse princípio, nomeadamente em matéria de reposição de freguesias, que seria o maior indicador de proximidade das populações.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Nueg" and "Berlo".

Quanto aos mapas financeiros apresentados, no que concerne aos RH, os mesmos não respeitam as necessidades previstas para o bom funcionamento da comunidade escolar, deixando por esclarecer se os mesmos incluirão algum tipo de despesas específico tais como: ADSE, Seguros de Acidentes de trabalho e prestações sociais, bem como não está claro o que são consideradas obras de grande dimensão para efeitos de comparticipação por parte da administração central, pelo que a aceitação da transferência imporia ao Município novas contratações não financiadas pelo Estado Central. Acresce referir que existe um problema de dupla tutela sobre os trabalhadores, pois confere poder disciplinar ao órgão de gestão até pena inferior a multa. Quanto aos financiamentos ora apresentados não preveem a progressão nas carreiras desses trabalhadores, logo não são uma proposta real e efetiva.

Quanto ao Parque escolar a proposta não se apresenta clara, levando a que não saibamos com o que contar, sendo que os 20 000€ apresentados são francamente insuficientes para a manutenção. Relativamente à Escola a Tempo Inteiro não se encontra regulamentada, pois remetem para legislação posterior.

Em matéria de Cartas Educativas não existem critérios técnicos para a sua revisão.

Quanto aos instrumentos para o sucesso educativo apenas cabe aos Municípios criar as condições de contexto para esse sucesso, cabendo ao Ministério da Educação a criação de medidas de promoção ao sucesso educativo universal.

A Lei remete o financiamento para o Fundo Financeiro para a Descentralização, sendo que esse Fundo foi reprovado na Assembleia da República.

O assumir a transferência de competências é aceitar a alteração de toda a estrutura dos Municípios, sem que no entanto tenha havido negociação com os mesmos e com as Comunidades Educativas, além de não haver qualquer estudo geral e/ou particular sobre esta matéria. Está em causa o Direito Universal à Educação.

Os Vereadores do Partido Socialista referiram: “embora estejamos de acordo com algumas das justificações apresentadas para a não aceitação deste Mapa, com o qual também não concordamos que seja aceite a nossa posição irá ser no entanto a abstenção. As dúvidas que temos em alguns dos valores questionados deveriam ter sido objeto de uma análise mais cuidada e de eventuais pedidos de esclarecimento e não de posições claramente ideológicas de não aceitação das transferências de competências que já esperávamos vir a acontecer.

O Sr. Presidente da Câmara disse que o que é pedido à Autarquia é a pronuncia sobre o projeto de Mapa e não um pedido de esclarecimentos. Os Vereadores acabam de afirmar que não concordam com o mapa proposto logo, a sua decisão, sim, é uma questão político-ideológica.

2.º - Registrar que até à presente data ainda não foi publicado o despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da educação o mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que, nos termos do disposto nos artigos 51.º, 52.º, 53.º, 54.º e 68.º, são transferidos para os municípios no ano letivo de 2019/2020.

3.º - Voltar a frisar que, em sintonia com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, por força da alínea b) do n.º 2 do art.º 4, **os Municípios dispõem do seguinte mecanismo:**

3.1 - **Até 30 de junho de 2019**, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior, ou seja,

3.2 - As autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 comunicam esse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido.

2 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 880.000 EUROS PARA FAZER FACE À CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO NOS SEGUINTE PROJETO COMUNITÁRIO: 1.1.º - REABILITAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA 1.º DE MAIO – PAMUS; 1.2.º - REABILITAÇÃO URBANÍSTICA DE TROÇO DA ESTRADADA DA CIRCUNVALAÇÃO – PAMUS; 1.3.º - REABILITAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA E DO LARGO DA HORTA DO BICHO – PAICD; 1.4.º - INTENÇÃO DE FAZER USO DO MECANISMO DE EXCECIONAMENTO PREVISTO NAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 5 DO ART.º 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS; 1.5 – NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO DE ABERTURA POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 14/2019 do Chefe da UAJDCS, Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: “Na sequência da metodologia que tem vindo a ser levada a cabo para colocar no terreno os projetos cofinanciados em cima mencionados, depois de na RC de 17 de abril ter sido deliberado remeter para a sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2019 a pretensão de autorização dos supracitados investimentos e aquele órgão ter deliberado favoravelmente e por unanimidade a sua realização, em conformidade com o n.º 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais, importa agora dar o próximo passo, ou seja, a deliberação de abertura do procedimento de contratação de empréstimo, em sintonia com o art.º 49.º do mesmo diploma legal.

Mais, uma vez que, em conformidade com aquilo que foi articulado entre os dirigentes da autarquia e o executivo em regime de permanência, sendo intenção fazer uso do mecanismo previsto no art.º 52.º n.º 5 al. a) da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, onde o legislador determinou:

Artigo 52.º

Limite da dívida total

...

5 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

Regista-se ainda que, neste período apenas para conhecimento, que se vier a obter-se financiamento para parte dos projetos através de outra fonte, nomeadamente o POSEUR deverá levar-se em linha de conta o n.º 6 do mesmo artigo onde o legislador estipulou que:

...

6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Ora, aqui chegados, importa para cada um dos projetos mencionar o seu enquadramento em termos comunitários:

Empréstimo I - A Excecionar do Limite da Dívida Total							
Projetos a Integrar no Empréstimo de Médio/Longo Prazo							
Projeto	FEEI/FEDER N.º da Operação:	Custo Total (A)	Inv. Elegível (B)	FEDER (C)	%	Município (A-C)	Programa
Estrada da Circunvalação	ALT20-07-1406-FEDER-000038	513 326,09 €	267 246,44 €	227 159,47 €	85,0%	286 166,62 €	PAMUS
Estrada 1.ª de Maio	ALT20-07-1406-FEDER-000037	1 085 364,49 €	692 767,87 €	588 852,69 €	85,0%	496 511,80 €	PAMUS
Horta do Bicho	ALT20-43-2017-01-008	180 000,00 €	100 000,00 €	85 000,00 €	85,0%	95 000,00 €	PAICD
TOTAL		1 778 690,58 €	1 060 014,31 €	901 012,16 €		877 678,42 €	

O valor do empréstimo deverá ser até 880.000,00€

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 02 de maio de 2019, para que nela possa ser deliberado:

1.º - Determinar a abertura de procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 880.000€ (oitocentos e oitenta mil euros), para no momento adequado remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto, na sua redação atual;

2.º - Para o efeito convidar as seguintes entidades para apresentarem proposta:

2.1.º) - Caixa Geral de Depósitos;

2.2.º) - Banco BPI;

2.3.º) - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;

2.4.º) - Banco Santander Totta.

3.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo, onde constam as condições da contratualização:

1. Natureza do empréstimo;

2. Montante;

3. Finalidade
4. Prazo global (20 anos);
5. Período de utilização e diferimento (2 anos);
6. Utilização;
7. Forma de utilização;
8. Taxa de juro contratual;
9. Bonificação;
10. Taxa de juro líquida;
11. Pagamento de juros e reembolso de capital;
12. Reembolso antecipado;
13. Cláusula penal por mora;
14. Capitalização;
15. Garantia;
16. Acompanhamento do investimento;
17. Alteração do montante;
18. Refinanciamento;
19. Despesa;
20. Rescisão;
21. Foro;
22. Plano de amortização proposto.

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, devem ser remetidas por e-mail para o endereço eletrónico: geral@cm-cuba.pt, por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente na morada: Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 10º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados).

O critério de adjudicação será o “da proposta economicamente mais vantajosa”, tendo



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the word 'Noe' or 'Gulo' written below them.

em consideração a taxa de juro fixada.

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as garantias exigidas. -----

4.º - A Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDGS;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF;

Vogais suplentes: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara;

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior.

4.1.º - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.

5.º - Solicitar aos serviços para que junto das entidades competentes diligenciem para que o empréstimo seja excecionado do limite da dívida total do município fazendo uso do mecanismo previsto na alíneas a e b) do n.º 5 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais;

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Determinar a abertura de procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 880.000€ (oitocentos e oitenta mil euros), para no momento adequado remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto, na sua redação atual;

2.º - Para o efeito convidar as seguintes entidades para apresentarem proposta:

2.1.º - Caixa Geral de Depósitos;

2.2.º - Banco BPI;

2.3.º - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;

2.4.º - Banco Santander Totta.

3.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo, onde constam as condições da contratualização;

4.º - A Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF;

Vogais suplentes: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara;

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior.

4.1.º - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.

5.º - Solicitar aos serviços para que junto das entidades competentes diligenciem para que o empréstimo seja excecionado do limite da dívida total do município fazendo uso do mecanismo previsto na alíneas a e b) do n.º 5 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais.

Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Nós votámos a favor desta contração de empréstimos a longo prazo porque, na nossa opinião, o investimento é fundamental para potenciar o concelho e o seu desenvolvimento, sendo que esse investimento não tem tido muita expressão nos últimos anos.

Esperamos que este aumento do esforço financeiro das próximas duas décadas corresponda a obras e investimentos bem dimensionados e que sejam uma mais-valia e melhorem a qualidade de vida das populações, sem esquecer no entanto as muitas prioridades que há ainda por resolver em Cuba e nas nossas freguesias. A gestão da dívida de forma equilibrada e sustentável é seguramente uma ferramenta importantíssima que os Municípios dispõem para poder concretizar investimentos, situação que estamos certos ter sido devidamente ponderada e analisada ao avançar para estes projetos.”

O Sr. Presidente da Câmara registou o reconhecimento por parte dos Vereadores do PS na necessidade dos atuais investimentos e obras projetadas, discordando quando afirmam que não tem havido investimento no concelho, já que nos últimos tempos foram investidos perto de 4 milhões de euros. O esforço das próximas décadas corresponde ao esforço das décadas anteriores que neste momento o executivo está a pagar. Destacar o reconhecimento que ainda existe muita coisa a fazer na sede de concelho e nas freguesias contrastando com o discurso recente do PS que dizia que no concelho já tudo estava feito. A gestão da dívida tem sido equilibrada e reduzida e isso comprova os relatórios de contas dos últimos anos e apesar do investimento programado queremos chegar ao final do mandato investindo e reduzindo a dívida.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "Noel" and several illegible signatures.

3 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 280.000 EUROS PARA FAZER FACE AOS SEGUINTE INVESTIMENTOS: 1.1.º - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA; 1.2.º - PROJETO DE MUSEALIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA; 1.3.º – NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO DE ABERTURA POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO.

Foi presente à Câmara Municipal a Informação n.º 15/2019 do Chefe da UAJDCS, Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve:

Na sequência da metodologia que tem vindo a ser levada a cabo para colocar no terreno os projetos preconizados pelo executivo em funções, e a que em cima fazemos menção, depois de na RC de 17 de abril ter sido deliberado remeter para a sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2019 a pretensão de autorização dos supracitados investimentos e aquele órgão ter deliberado favoravelmente e por unanimidade a sua realização, em conformidade com o n.º 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais, importa agora dar o próximo passo, ou seja, a deliberação de abertura do procedimento de contratação de empréstimo, em sintonia com o art.º 49.º do mesmo diploma legal.

Ora, aqui chegados, importa para cada um dos projetos mencionar o seu enquadramento em termos de gestão estratégica:

.Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 02 de maio de 2019, para que nela possa ser deliberado:

1.º - Determinar a abertura de procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 280.000€ (duzentos e oitenta mil euros), para no momento adequado remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto, na sua redação atual;

2.º - Para o efeito convidar as seguintes entidades para apresentarem proposta:

2.1.º) - Caixa Geral de Depósitos;

2.2.º) - Banco BPI;

2.3.º) - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;


2.4.º) - Banco Santander Totta.

3.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo, onde constam as condições da contratualização, que aqui se transcrevem:

“A proposta deve assumir a forma de “Proposta Contratual”, onde constem, entre outras, as seguintes cláusulas:

1. Natureza do empréstimo;
2. Montante;
3. Finalidade
4. Prazo global (20 anos);
5. Período de utilização e diferimento (2 anos);
6. Utilização;
7. Forma de utilização;

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top, there is a signature that appears to be "H. J.". Below it, there are several other signatures and the word "Nº" written vertically.

- 
8. Taxa de juro contratual;
 9. Bonificação;
 10. Taxa de juro líquida;
 11. Pagamento de juros e reembolso de capital;
 12. Reembolso antecipado;
 13. Cláusula penal por mora;
 14. Capitalização;
 15. Garantia;
 16. Acompanhamento do investimento;
 17. Alteração do montante;
 18. Refinanciamento;
 19. Despesa;
 20. Rescisão;
 21. Foro;
 22. Plano de amortização proposto.

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, devem ser remetidas por e-mail para o endereço eletrónico: geral@cm-cuba.pt, por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente na morada: Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 10º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados).

O critério de adjudicação será o *“da proposta economicamente mais vantajosa”*, tendo em consideração a taxa de juro fixada.

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as garantias exigidas. -----

4.º - A Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF;

Vogais suplentes: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara;

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior.

4.1.º - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.-----

A Câmara por unanimidade, deliberou:

1.º - Determinar a abertura de procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 280.000€ (duzentos e oitenta mil euros), para no momento adequado remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto, na sua redação atual;

2.º - Para o efeito convidar as seguintes entidades para apresentarem proposta:

2.1.º) - Caixa Geral de Depósitos;

2.2.º) - Banco BPI;

2.3.º) - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;

2.4.º) - Banco Santander Totta.

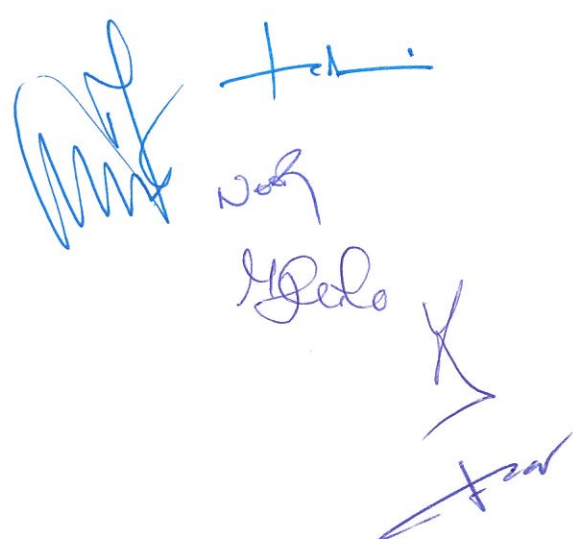
3.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo, onde constam as condições da contratualização, que aqui se transcrevem:

“A proposta deve assumir a forma de “Proposta Contratual”, onde constem, entre outras, as seguintes cláusulas:

1. Natureza do empréstimo;

2. Montante;

3. Finalidade

- 
4. Prazo global (20 anos);
 5. Período de utilização e diferimento (2 anos);
 6. Utilização;
 7. Forma de utilização;
 8. Taxa de juro contratual;
 9. Bonificação;
 10. Taxa de juro líquida;
 11. Pagamento de juros e reembolso de capital;
 12. Reembolso antecipado;
 13. Cláusula penal por mora;
 14. Capitalização;
 15. Garantia;
 16. Acompanhamento do investimento;
 17. Alteração do montante;
 18. Refinanciamento;
 19. Despesa;
 20. Rescisão;
 21. Foro;
 22. Plano de amortização proposto.

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, devem ser remetidas por e-mail para o endereço eletrónico: geral@cm-cuba.pt, por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente na morada: Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 10º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados).

O critério de adjudicação será o *“da proposta economicamente mais vantajosa”*, tendo em consideração a taxa de juro fixada.

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as garantias exigidas. -----

4.º - A Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAIDCS;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF;

Vogais suplentes: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara;

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior.

4.1.º - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.-----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h15m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,